

# PROCESSO LICITATÓRIO

NÚMERO

4438/2019

MODALIDADE

Inscrição nº 27/2019

FINALIDADE

Inscrição de servidores para treinamento no XXV Congresso Estadual de Secretários Municipais de Saúde de Paraná.

PROPONENTES

934 - Conselho dos Secretários Municipais de Saúde de Paraná

PRAZOS E PUBLICAÇÕES

DE 17/05 A — ÀS — HORAS LOCAL 17/05/19

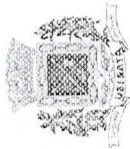
HOMOLOGADO \_\_\_\_\_ OPR \_\_\_\_\_

VENCIMENTO 30 dias \_\_\_\_\_ DIOE \_\_\_\_\_

OBSERVAÇÃO \_\_\_\_\_

Saúde





SOLICITAÇÃO PARA ABERTURA DE LICITAÇÃO  
REQUERIMENTO Nº 281/2019

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ubatuba, Paraná, 15 de maio de 2019

A secretária supracitada, representada neste ato pelo (a) Senhor (a) Secretário (a) *Cristiane Martins Pantaleão*, vem por meio do presente requerimento solicitar a abertura de procedimento licitatório para *Inscrições de servidores no XXXV Congresso Estadual de Secretários Municipais de Saúde do Paraná*, de acordo com as especificações abaixo descritas.

I – DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

Considerando que o procedimento licitatório somente poderá ser realizado se comprovado o interesse público e que a justificativa do processo licitatório é a comprovação de legalidade e conveniência de uma licitação, a contratação do objeto em epígrafe encontra fundamento conforme abaixo descrito:

O congresso apresentará diversas oficinas, mostras, mesas e cursos que envolvem diversos temas inerentes à saúde pública com conteúdo totalmente atualizado e dinâmico em que a participação das servidoras da saúde de propiciará o conhecimento e aprendizado de novas experiências e métodos de trabalho exitosos de outros municípios paranaenses que poderão ser implantados em Ubatuba para maior qualificação da saúde pública.

II – DOS RESPONSÁVEIS PELO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:

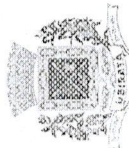
Indicamos como Presidente do processo o (a) servidor (a) *Viviane Aparecida de Souza*.  
Por fim, com o intuito de fiscalizar a execução da contratação decorrente do procedimento licitatório, indicamos o (a) servidor (a) *Angela Kelly Topan*, no uso de suas atribuições, atuar como Fiscal do Contrato.

III – DA COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS DE REFERÊNCIA

Para composição dos preços de referência para a abertura de procedimento licitatório foi considerado o valor estipulado pelo organizador do evento para inscrições on-line. Desse modo, a empresa Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Paraná, inscrita no CNPJ Nº 03.138.064/0001-41, atende as necessidades da secretária quanto à valores, condições de entrega/execução, bem como cumpre com sua regularidade jurídica, fiscal e trabalhista de acordo com o previsto em Lei, a qual pode ser verificada na documentação em anexo.

IV – DO TERMO DE REFERÊNCIA

Diante do planejamento e da real necessidade do objeto em questão, a fim da composição do Termo de Referência do Edital do procedimento licitatório a ser realizado, encaminho em anexo a descrição dos itens, com seus respectivos valores e quantitativos, assim como as condições de execução/aquisição e prazo de vigência da contratação.



V – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com a finalidade de prever os recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes do procedimento licitatório, indico, de acordo com a relação de despesas da presente secretária, a seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO	DESPESA	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	FONTE DE RECURSO	VALOR DA DESPESA
0606	4959	3390399999900	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JUR	494	1.000,00

Solicito a Secretaria de Finanças do município à conformidade da utilização da dotação acima descrita, bem como a previsão de recurso financeiro para realização do procedimento licitatório.

VI - DA PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Com base no constante no Termo de Referência, solicito à Secretaria de Finanças e Planejamento que confirme se há previsão orçamentária e recursos financeiros para cumprimento das obrigações.

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SIM
NÃO

RECURSO FINANCEIRO
SIM
NÃO

De acordo com a programação financeira

*Rita Soares Neta Figueiredo*  
Secretária de Finanças  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
Carimbo e Assinatura

*[Assinatura]*  
CONTADOR (A)  
CRC Nº

*Priscila Viana Barato*  
CRC-PR 072.968/0-6  
CPF: 069.214.979-09

VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Assim sendo, comprovado o interesse, solicito a abertura do objeto em questão, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira para cumprimento das obrigações decorrentes, solicito a autorização para abertura de procedimento licitatório nos moldes legais de acordo com as condições elencadas no presente requerimento.

SECRETÁRIO SOLICITANTE

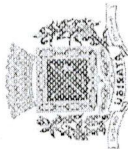
VIII – DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Atendendo a solicitação da secretária supracitada, mediante verificação do presente documento bem como dos arquivos encaminhados em anexo, considerando o interesse público e a real necessidade da

*Adriana e. Nogueira*  
Adriana Cândida Sliuzovski  
CPF 066.492.179-66

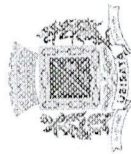
*Viviane A Souza*  
Viviane A Souza  
Secretaria de Saúde  
Ubatuba-PR





contratação do objeto em epígrafe conforme justificado pela secretaria, considerando ainda que a empresa indicada cumpre os requisitos mínimos para contratação através de licitação dispensável ou inexigível, eu, Haroldo Fernandes Duarte, Prefeito desta municipalidade, **AUTORIZO** a realização de procedimento licitatório.

**HAROLDO FERNANDES DUARTE**  
Prefeito



## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### I – DO TERMO DE REFERÊNCIA

Diante do planejamento e da real necessidade do objeto em questão, a fim da composição do Termo de Referência do Edital do procedimento licitatório a ser realizado, segue a descrição dos itens, com seus respectivos valores e quantitativos:

Código LC	Lote	Item	Qtd	Un	Descrição	V. Unit	V. Total
34480	1	1	5	UN.	Inscrição no XXXV Congresso Estadual de Secretários Municipais de Saúde do Paraná, nos dias 23 e 24 de maio de 2019, a realizar-se na Faculdade Assis Gurgacz em Cascavel. Servidoras participantes: Angela Kelly Topan Flávia Vicente de Andrade Géssica Karoline dos Santos Rocatelli Marilza Nunes Coelho Viviane Aparecida de Souza	200,00	1.000,00

Considerando os valores obtidos, o valor total previsto para atender a necessidade da secretaria na contratação do objeto é de:

**RS. 1.000,00 (mil reais)**

### II – CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

A fim de complementar o Termo de Referência, a secretaria supracitada considera que o prazo ideal para entrega/execução dos produtos/serviços a serem contratados é nos dias 23 e 24 de maio de 2019 a contar do recebimento pela contratada da Ordem de Compras/Ordem de Serviços.

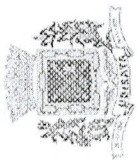
Considerando o prazo previsto, os produtos/serviços deverão ser entregues/executados no seguinte local: *Cascavel - FAG.*

### III – PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO.

De acordo com o planejamento e necessidade da secretaria, o prazo ideal de vigência da contratação é de *30 dias*.







De acordo com o planejamento e necessidade da secretaria, o prazo ideal de vigência da contratação é de 12 meses.





## Notícias

# XXXV Congresso Estadual de Secretários Municipais de Saúde do Paraná

27 Março 2019

O Cosems-PR realizará, nos dias 23 e 24 de maio, um dos mais importantes encontros anuais sobre saúde pública do Estado.

A edição 2019 do Congresso Estadual de Secretários Municipais de Saúde do Paraná acontecerá em Cascavel, com apoio da prefeitura da cidade, por meio da Secretaria Municipal de Saúde.

O evento será realizado nas instalações do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz (FAG) e está com as inscrições abertas até 18/05.

[Inscreva-se](#)

## Programação

DATA	HORÁRIO	ENSALAMENTO	PROGRAMA
23/05	08h - 09h	em frente ao Anfiteatro da Reitoria	CREDENCIAMENTO
	09h - 11h	Anfiteatro da Reitoria	Mesa temática: Responsabilidades na Gestão: Modelo de Atenção, Planejamento Regional Integrado e Processo de Governança
	11h10 - 12h30	Anfiteatro da Reitoria	Mesa-redonda: Articulação e Decisão nos Espaços Colegiados e sua Relação com o Poder Legislativo
INTERVALO			
	14h - 17h	Sala 4301 vagas: 50	OFICINA 1 – Planejando o Território ▪ Integração da AB com a VS. De Qual Integração Estamos Falando?
		Sala 4302 vagas: 50	OFICINA 2 - Monitoramento e Avaliação das Ações de Saúde no Município - Estratégias para Qualificar a Gestão ▪ Indicadores/painel de bordo ▪ Como acessar os dados





Sala 4303	OFICINA 3 – Judicialização na Saúde	
vagas: 50	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Medicamentos</li><li>▪ Transporte sanitário</li><li>▪ Consultas e procedimentos/OPME</li></ul>	
Anfiteatro da Reitoria	OFICINA 4 – Assistência Farmacêutica	
vagas: 250	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Organização da Assistência Farmacêutica</li><li>▪ Aquisição de medicamentos: orientações do Tribunal de Contas do PR e do Banco de Preços de Saúde</li></ul>	
Sala 4304	OFICINA 5 - Integração Ensino Serviço e Programa de Residência Médica e Multiprofissional no SUS (Relatos de Experiência)	
vagas: 50		
Sala 4305	OFICINA 6 - Gestão do Trabalho e Educação Permanente em Saúde como Ferramenta da Gestão do SUS	
vagas: 50		
Sala 4306	OFICINA 7 – Atenção Básica e Vigilância em Saúde Integradas no Enfrentamento das Doenças Emergentes e Reemergentes	
vagas: 50		
Auditório do Bloco 04	OFICINA 8 - Regulação na Saúde a Partir da AB	
vagas: 150		
Laboratórios de informática	Curso - DigiSUS	
03, 11 e 12		
vagas: 90		
17h - 18h30	Bloco 04	Coffee break
19h	Anfiteatro da Reitoria	Abertura oficial: Desafios Contemporâneos da Gestão do SUS
24/05 8h30 - 12h	Salas 4301 a 4314 do Bloco 04	Mostra de Experiências Municipais: Exemplos de Êxito nas Regiões de Saúde <u>Regulamento</u>
	vagas: 50 por sala	
13h30 - 15h	Anfiteatro da Reitoria	Mesa-redonda: Estratégias Governamentais para a Sustentabilidade do SUS
15h10 - 16h30	Anfiteatro da Reitoria	Encerramento: Premiação da Mostra



Prefeitura Municipal de Ubirata



Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

Conta..... =	522	Credito Orcamentario	1 Ordinario
Orgao..... =	06	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Unidade Orcamentaria.. =	06.06	Divisao da Saude Publica	
Funcional..... =	103010006	Saude	
Projeto/Atividade.... =	2025000	Manutencao dos servicos da saude publica	
Natureza da Despesa... =	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
Fonte de Recursos..... =	494	FMS - SUS CUSTEIO	

Saldos de 01/01/2019 ate 15/05/2019

Dotacao Inicial..... =	220.000,00
Credito Suplementar..... =	0,00
Reducao Orcamentaria.... =	0,00
Empenhado no Periodo.... =	106.678,05
Liquidado no Periodo.... =	46.768,17
Anulado no Periodo..... =	0,00
Pago no Periodo..... =	46.518,40
Empenhado ate o Periodo. =	106.678,05
Liquidado ate o Periodo. =	46.768,17
Pago ate o Periodo..... =	46.518,40
A Pagar Processado..... =	249,77
A Pagar nao Processado.. =	59.909,88
Total a Pagar..... =	60.159,65
Saldo Bloqueado..... =	0,00
Saldo Reservado..... =	0,00
Saldo Disponivel..... =	113.321,95



**PORTARIA Nº 314, DE 5 DE ABRIL DE 2019**

Constitui Comissão Especial para analisar e julgar modalidade de licitação que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar os servidores relacionados abaixo para integrarem Comissão Especial de análise e julgamento de licitação nas modalidades de tomada de preços, concorrência pública e licitações dispensáveis, bem como assinar Avisos, Editais de Abertura, Atas, Dispensas de Licitação e Inexigibilidades, correspondentes a cada secretaria, emitindo pareceres atinentes a cada caso, no período de 08.04.2019 a 31.12.2019:

<b>Administração</b>	<b>CPF</b>
Neri Wanderlind	503.040.899-15
<b>Assistência Social</b>	<b>CPF</b>
Altair da Silva Pereira	059.781.849-50
Ana Carolina Rinaldi	054.109.819-52
Eliane Omori Duarte	236.063.479-87
Fabírcia Pereira Retamiro	049.274.399-17
Larissa Speiss Peterlini	067.179459-07
Mayara M. Alves Santos Ferraz	059.711.049-26
Márcia Aparecida Alves Rocha	725.354.159-68
Ronaldo Teruo Inagaki	048.533.729-03
Vivian Fugiwara Schimer	064.943.289-46
<b>Controle Interno</b>	<b>CPF</b>
Cristiane Fátima Zolin	088.115.919-02
José Paulo Sampaio de Souza	409.265.919-91
Solemaria de Oliveira Fontin	917.590.489-68
Solange Rodrigues da Silva	025.425.539-63
<b>Desenvolvimento Econômico</b>	<b>CPF</b>
Antônio Hideraldo Magron	236.808.659-53
Clayton Correa de Almeida	693.973.769-34
Cleidynei A. da Silva Carvalho	609.542.059-87
Jair Klauck Junior	025.262.701-62
Luiz Antônio Feitosa	239.646.509-00
Maria Luiza de Oliveira Iácono	053.283.189-60
Rodrigo de Oliveira Fernandes	043.177.759-48
<b>Educação e Cultura</b>	<b>CPF</b>
Ariely A. C. Paula Vanderlinde	023.862.049-28
Claudini Leffer Esquianti	054.761.019-00
Edcleia Cocolite Lima	034.761.019-00
Isabela Silva Montanha	069.298.129-27

Janaina Fernanda V. Coelho	052.862.649-30
Kelly F. de Aquino Teixeira	035.722.689-58
Maria Isabel de Paiva Santos	043.021.159-71
Rosa Rodrigues de Carvalho	553.706.089-20
Umberto Donizete Mazzotti	453.407.229-53
<b>Esporte e Lazer</b>	<b>CPF</b>
Bruna Anielen Silva	091.675.829-07
Emerson Rogério Teixeira	828.575.399-91
José Soares de Brito	513.266.209-91
Júlio César Menigite	065.117.929-78
Nicanor Tadashi Kimura	585.043.039-34
<b>Finanças e Planejamento</b>	<b>CPF</b>
Danielly Seren Barberá	051.959.109-79
Jocilaine Norato Claro	044.799.409-36
Pricila Viana Barato	060.211.979-09
Rita Soares Neta Figueiredo	467.292.759-87
<b>Gabinete do Prefeito</b>	<b>CPF</b>
Márcio A. Lozano Vanderlinde	687.562.839-20
Osmar Pires da Silva	725.395.009-78
Valdir José da Silva	044.536.139-54
Vitor Mayer Wanderlind	058.347.209-51
<b>Obras</b>	<b>CPF</b>
Eduardo Felipe Manfé	076.554.089-47
Reginaldo da Silva Retamero	027.651.389-40
Suely Irene Hellstrom	669.975.859-49
<b>Saúde</b>	<b>CPF</b>
Ângela Kelly Topan	693.962.219-53
Camila A. de Souza Ribeiro	064.589.149-54
Cristiane Martins Pantaleão	037.091.639-51
Viviane Aparecida de Souza	058.151.579-02
<b>Serviços Urbanos e</b>	<b>CPF</b>



Pavimentação	
Arthur Dercieiro da Mota	339.840.098-10
Eduardo Ferreira dos Santos	597.602.909-44
João Martos Moreno	431.165.829-04
Luiz Carlos Pereira	607.927.799-91
Márcio de Souza Carvalho	052.114.629-12
Marcos da Silva Retamero	025.142.279-84

Valdemir José da Silva	057.447.659-80
Viação e Serviços Rurais	CPF
Altair Sgarbi	431.383.659-49
Delair Fernando da Luz Maciel	070.952.899-05
Mauricio Escaldelai Fernandes	065.776.439-62
Nilson Messa	055.560.079-34

**Art. 2º** Fica estabelecido que de acordo com a Secretaria e o objeto de cada Processo Licitatório será formada, dentre os servidores citados no artigo anterior, uma Comissão responsável para análise e julgamento, contendo um Presidente e um Secretário para o certame, e suas assinaturas constarão nos avisos, editais e demais documentos.

**Parágrafo único.** Os servidores designados poderão atuar como Presidente, membro titular ou secretário da comissão.


**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE**

**REGISTRE-SE**

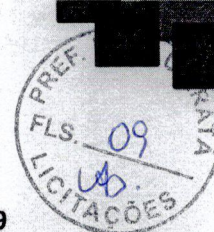
**CUMPRA-SE**

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 5 de abril de 2019.

  
**Haroldo Fernandes Duarte**  
Prefeito de Ubiratã







Dispõe sobre a designação de servidores.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto nos arts. 58, 67 e 73 da Lei 8.666/93, que impõem à Administração o dever de fiscalização e recebimento formal e adequado dos objetos contratuais;

Considerando a necessidade do acompanhamento da qualidade, economia e minimização de riscos na execução contratual;

Considerando a necessidade de a Administração adotar as cautelas necessárias para evitar o recebimento de bens, produtos e serviços que não atendam às necessidades do município ou estejam em desacordo com o licitado; e

Considerando que o município deve acompanhar a efetivação dos serviços contratados assim como o recebimento dos bens e produtos adquiridos para garantir a adequação às exigências legais, contratuais e técnicas dentro de um determinado setor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar pelo período de 21.01.2019 a 31.12.2019 os servidores abaixo relacionados, munidos de conhecimento prévio suficiente, para, no uso de suas atribuições, atuarem em seu respectivo órgão como **gestores dos contratos administrativos** firmados pelo Município de Ubiratã:

Órgão	Nome do Gestor
Controladoria Geral do Município	José Paulo Sampaio de Souza
Gabinete do Prefeito	Osmar Pires da Silva
Secretaria da Administração	Neri Wanderlind
Secretaria da Assistência Social	Eliane Omori Duarte
Secretaria da Educação e Cultura	Rosa Rodrigues de Carvalho
Secretaria da Saúde	Cristiane Martins Pantaleão
	Viviane Aparecida de Souza
Secretaria das Finanças e Planejamento	Rita Soares Neta Figueiredo
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Antônio Hideraldo Magron
Secretaria de Obras	Reginaldo da Silva Retamero
Secretaria de Serviços Urbanos e Pavimentação	Marcos da Silva Retamero
Secretaria de Viação e Serviços Rurais	Nilson Messa
Secretaria do Esporte e Lazer	Nicanor Tadashi Kimura

§1º São atribuições do Gestor de Contratos:

I - indicação do regime de execução e vigência do contrato, obrigações do município e da contratada, condições de pagamento, entre outras, durante a fase de elaboração do Termo de Referência do Edital;

II - controle geral de contratos;





- III - conferência e aprovação de notas fiscais e recibos;
- IV - análise da viabilidade, legalidade para recomendação à autoridade superior de concessão de reajustes e revisão de preços;
- V - formalização de pedidos de termos aditivos para autorização da autoridade superior;
- VI - formalização de pedidos de abertura de processo administrativo para notificação, análise e recomendação à autoridade superior para aplicação de sanções à contratada;
- VII - apoiar e orientar os fiscais de contrato quanto às ocorrências registradas;
- VIII - designar, nos casos de muitas divisões em seu órgão, os responsáveis de cada divisão para realizar o recebimento dos bens, produtos e serviços, orientando os responsáveis pelo recebimento e repassar a estes cópias dos contratos ou instrumento equivalente e demais informações pertinentes para o correto desenvolvimento de suas atividades; e
- IX - demais obrigações decorrentes dos contratos firmados.

§2º Caberá ao Gestor designar servidores munidos de conhecimento prévio suficiente, para, no uso de suas atribuições, atuarem em seu respectivo órgão como **fiscais dos contratos administrativos** firmados pelo Município de Ubitatã, os quais terão as seguintes atribuições:

- I - realizar o recebimento dos bens, produtos e serviços;
- II - conhecer detalhadamente o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis, especialmente os responsáveis pelo recebimento, objetivando o fiel cumprimento do contrato;
- III - conhecer a descrição dos serviços a serem executados (prazos, locais, material a ser empregado) e dos bens e produtos a serem adquiridos (marca, prazos e locais de entrega);
- IV - solicitar, quando for o caso, que os serviços sejam refeitos e os produtos sejam substituídos quando apresentarem vícios, imperfeições ou incompatibilidade com disposto em contrato ou instrumento equivalente;
- V - estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao Gestor do Contrato às ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do serviço ou em relação a terceiros;
- VI - anotar em livro de ocorrências todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- VII - responsabilizar-se pelo primeiro contato com a contratada nos casos de atraso na execução do contrato, devendo o mesmo ser efetuado através de notificação por escrito, de modo a se confirmar o recebimento;
- VIII - comunicar ao Gestor do Contrato eventuais atrasos nos prazos de entrega ou execução do objeto, para que se proceda ao disposto no §1º inciso VI do artigo anterior;
- IX - sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento das obrigações;
- X - zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;
- XI - controlar os contratos quanto ao saldo e vigência dos mesmos, verificando a necessidade de aditivos ou novas licitações;



XII - monitorar os preços dos itens quanto à elevação ou redução providenciando os documentos e orçamentos necessários à readequação de acordo com o valor de mercado e encaminhando Solicitação de Revisão de Preços à Divisão de Licitação;

XIII - encaminhar Solicitação de Aditivo Contratual devidamente assinado pelo Gestor com justificativa e orçamentos que comprovem a viabilidade do aditamento;

XIV - planejar, organizar, estimar, orçar e encaminhar solicitações de licitações à Divisão de Licitação contendo especificações detalhadas de cada item, prazos e condições de entrega ou execução, dotação orçamentária apropriada e assinatura do secretário;

XV - acompanhar e atender prontamente os responsáveis pelo recebimento, acatando e registrando suas ocorrências, assim como dirimi-las junto aos fornecedores, ou solicitar providências ao Gestor do Contrato; e

XVI - acompanhar a Comissão de Fiscalização dos órgãos municipais e promover as adequações observadas por ela.

Art. 2º Os fiscais serão designados em cada instrumento contratual conforme indicação prévia do Gestor.

Art. 3º Os gestores e fiscais desempenharão suas funções concomitantemente com as atribuições de seus cargos ou funções.

Art. 4º Nos casos de abertura de procedimento administrativo para notificação, análise e recomendação à autoridade superior para aplicação de sanções à contratada, o gestor e fiscal do contrato respectivo deverão, obrigatoriamente, atuar no julgamento do procedimento, considerando a função desempenhada pelos mesmos para o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

Art. 5º Os fiscais indicados poderão, conforme solicitação prévia, serem designados para atuar em órgãos que não sejam o da sua lotação, desde que o objeto da contratação seja pertinente com a sua atuação.

Art. 6º A designação dos gestores e fiscais não excederá a 3 (três) anos, sendo permitida a designação da totalidade de seus membros para a mesma Portaria, no período subsequente.

Parágrafo único. A substituição de algum membro se dará mediante desligamento do serviço público, justificativa plausível ou inexecução de suas atribuições.


Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria 107/2018.

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**CUMPRE-SE**

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 22 de janeiro de 2019.

  
**Haroldo Fernandes Duarte**  
Prefeito de Ubiratã





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **CONSELHO DE SECRETARIOS MUNICIPAIS DE SAUDE DO PARANA COSEMS**  
CNPJ: 03.138.064/0001-41

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 18:13:04 do dia 02/01/2019 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 01/07/2019.

Código de controle da certidão: **C21D.F25F.E8EE.2C01**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 03138064/0001-41  
**Razão Social:** CONSELHO DE SEC MUN DE SAUDE DO PARANA  
**Endereço:** R VOLUNTARIOS DA PATRIA 400 CONJ 401 / CENTRO / CURITIBA / PR  
/ 80020-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

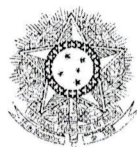
**Validade:** 04/05/2019 a 02/06/2019

**Certificação Número:** 2019050400544336098705

Informação obtida em 17/05/2019, às 09:24:50.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página 1 de 1



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CONSELHO DE SECRETARIOS MUNICIPAIS DE SAUDE DO PARANA COSEMS  
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 03.138.064/0001-41

Certidão nº: 170522246/2019

Expedição: 05/04/2019, às 17:07:46

Validade: 01/10/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que CONSELHO DE SECRETARIOS MUNICIPAIS DE SAUDE DO PARANA  
C O S E M S  
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº  
03.138.064/0001-41, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores  
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS E OUTROS DÉBITOS MUNICIPAIS**



**CONTRIBUINTE: CONSELHO DE SECRETARIOS MUNICIPAIS DE SAUDE DO PARANA COSEMS**

**CNPJ: 03.138.064/0001-41**

**INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 632955-4**

**ENDEREÇO: R. PIQUIRI, 737 - REBOUÇAS, CURITIBA, PR**

**FINALIDADE: CONCORRÊNCIA / LICITAÇÃO**

É expedida esta **CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS E OUTROS DÉBITOS MUNICIPAIS**, em nome do sujeito passivo inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

A certidão expedida em nome de Pessoa Jurídica abrange todos os estabelecimentos cadastrados no Município de Curitiba.

Certidão expedida com base no Decreto nº 670/2012, de 30/04/2012.

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre Serviços - ISS), Imobiliários (Imposto Predial Territorial Urbano IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-vivos - ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais.

**CERTIDÃO Nº: 167352/2019**

**EMITIDA EM: 15/05/2019**

**VÁLIDA ATÉ: 11/09/2019**

**CÓDIGO DE AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO: 3E6B.A7CF.263B.4C4A-6.9137.CD31.5A7F.59A3-9**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura Municipal de Curitiba, na Internet, no endereço <http://www.curitiba.pr.gov.br> - link: Secretarias / Finanças.

**Reserva-se a Fazenda Municipal, o direito de cobrar dívidas posteriormente constatadas, mesmo as referentes a períodos compreendidos nesta.**

Certidão expedida pela internet gratuitamente.





Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Coordenação da Receita do Estado



**Certidão Negativa**  
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
Nº 019725401-02

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 03.138.064/0001-41

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

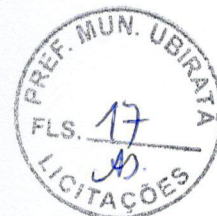
Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 03/08/2019 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)





# Tribunal de Contas do Estado do Paraná

## Certidão Liberatória

CONSELHO DE SECRETARIOS MUNICIPAIS DE SAUDE DO PARANA COSEMS

CNPJ Nº: 03.138.064/0001-41

FINALIDADE DA CERTIDÃO: RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS, MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, CONTRATO DE GESTÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE

É CERTIFICADO, NA FORMA DO ART. 95, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 113, DE 15/12/2005, E DOS ARTS. 289 E SEQUINTE DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS, QUE O CONSELHO DE SECRETARIOS MUNICIPAIS DE SAUDE DO PARANA COSEMS ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS.

VALIDADE: CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ O DIA 04/06/2019, MEDIANTE AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET EM [WWW.TCE.PR.GOV.BR](http://WWW.TCE.PR.GOV.BR)

CERTIDÃO EXPEDIDA COM BASE NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 68/2012.



Tribunal de Contas do Estado do  
Paraná

Código de controle 3848.ZNMY.7953  
Emitida em 05/04/2019 às 17:20:19

Dados transmitidos de forma segura.



- Estatuto

# Estatuto

01 Janeiro 2011

## Capítulo I

Da denominação, sede, foro jurídico, duração e manutenção:

Art. 1º - O Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Paraná, criado em 20 de novembro de 1987, doravante denominado neste estatuto COSEMS, é pessoa jurídica de direito privado, criada sob a forma de associação civil sem fins lucrativos, que congrega as secretarias municipais de saúde, na figura dos Secretários Municipais de Saúde ou detentores de cargo equivalente. É reconhecido pela Lei 8080/90 (alterada pela Lei 12.466/11) como entidade que representa os entes municipais, no âmbito estadual, para tratar de matérias referentes à saúde, vinculado institucionalmente ao CONASEMS - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. O COSEMS, entidade civil, de direito privado, sem fins partidários, possui autonomia administrativa, financeira e patrimonial, terá duração indeterminada e reger-se-á pela legislação que lhe for aplicável e pelos termos do presente estatuto.

Art. 2º - O COSEMS tem sede na capital do estado, na Rua Voluntários da Pátria 400 cj 401, centro, CEP 80020-917, Curitiba/PR.

Art. 3º - São receitas do COSEMS:

I - a contribuição de seus associados;

II - doações;

III - recursos advindos de convênios ou instrumentos congêneres com entidades públicas ou privadas e organismos internacionais

§ 1º - O valor e critérios da contribuição dos associados serão propostos pela Diretoria Executiva e aprovada anualmente pelo seu Conselho Deliberativo.

§ 2º - O Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, CONASEMS, poderá propor critérios nacionais de contribuição, desde que analisados e aprovados pelo COSEMS.

§ 3º - O patrimônio da associação será constituído por eventual doação inicial dos associados e pelos bens móveis e imóveis e direitos que venham a ser acrescentados por meio de doações de pessoas físicas, de pessoas jurídicas de direito privado e de pessoas jurídicas de direito público; prestações de serviços; aplicação de receitas e outras fontes; convênios, apoios e financiamentos, desde que não incompatíveis com o livre desenvolvimento das atividades da associação.

## Capítulo II

Dos princípios e finalidades:

Art. 4º - O COSEMS tem por finalidade lutar pelo fortalecimento e autonomia dos municípios na área da saúde. Para a consecução de suas finalidades, o COSEMS se propõe:

I. Participar da formulação das políticas de saúde, em nível nacional e estadual, com representação nas instâncias de pactuação e deliberação do Sistema Único de Saúde;

II. Estimular a participação de instâncias organizadas da população fortalecendo o controle social no Sistema Único de Saúde;

III. Lutar pelo fortalecimento dos municípios no Sistema Único de Saúde, defendendo os interesses municipais no setor, promovendo ações judiciais coletivas ou outras que se fizerem necessárias na defesa dos municípios e da saúde da população;

IV. Promover encontros, seminários ou outros eventos que possibilitem discussões, formulações e trocas de experiências;

V. Lutar pelo fortalecimento da municipalização da saúde, com descentralização financeira, política e técnica.

## Capítulo III

Dos associados e da definição de instâncias:

Art. 5º - São admitidos como associados do COSEMS as secretarias municipais de saúde do Paraná ou órgão equivalente, independentemente de assinatura de qualquer documento.



§ 1º - As secretarias municipais de saúde serão representadas no COSEMS pelos secretários municipais de saúde ou detentores de funções equivalentes.

§ 2º. Os signatários da ata de criação do COSEMS são considerados associados natos, integrando o Conselho Honorário do COSEMS.

§ 3º. A colaboração do associado poderá materializar-se em contribuição financeira, em doação de bens ou em participação nas atividades do COSEMS.

§ 4º. A perda do cargo de Secretário de Saúde ou de função equivalente implicará na perda, pela Secretaria da Saúde, do cargo ocupado nos órgãos de direção e administração superior, havendo necessidade de proceder a nova eleição, observadas as regras do art. 20 e seus parágrafos.

§ 5º. Os associados perdem seus direitos:

- I - se deixarem de cumprir quaisquer de seus deveres;
- II - se infringirem qualquer disposição estatutária, regimento ou qualquer decisão dos órgãos sociais;
- III - se praticarem atos nocivos ao interesse da Associação;
- IV - se praticarem qualquer ato que implique em desabono ou descrédito da Associação ou de seus membros; e
- V - se praticarem atos ou valerem-se do nome da Associação para tirar proveito patrimonial ou pessoal, para si ou para terceiros.

Parágrafo único - Em qualquer das hipóteses previstas acima, além de perderem seus direitos, os associados poderão ser excluídos da associação por decisão da Diretoria, cabendo recurso à Assembléia Geral, que decidirá, por maioria de votos, sobre a exclusão ou não do associado, em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

§ 6º. Qualquer associado poderá, por iniciativa própria, desligar-se do quadro social da entidade, sem a necessidade de declinar qualquer justificativa ou motivação específica, a qualquer tempo, bastando para isso, manifestação expressa e por escrito, através do endereçamento à entidade, de carta datada e assinada.

§ 7º. Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações constituídas pela associação.

§ 8º. O COSEMS não distribuirá, entre seus membros associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades e os aplicará integralmente na consecução do seu objetivo social.

Art. 6º - São direitos dos associados:

- I - Votar e ser votado;
- II - Fazer-se representar na Comissão Intergestores Bipartite, no Conselho Estadual de Saúde e outros órgãos colegiados;
- III - Receber informações institucionais referentes ao Sistema Único de Saúde;
- IV - Solicitar vista de processo, relatórios e demais documentos do COSEMS;
- V - Exercer o controle finalístico do COSEMS.

Art. 7º - São deveres dos Associados:

- I - Pagar a contribuição mencionada no art. 3º, Inciso I;
- II - Denunciar quaisquer irregularidades de que tenham conhecimento aos órgãos superiores de administração do COSEMS;
- III - Zelar pelo patrimônio material e imaterial do COSEMS, solidarizar-se na consecução dos seus objetivos e manter o espírito de harmonia.

§ 1º - É vedado ao associado compor o corpo técnico-profissional do COSEMS para a realização de trabalho remunerado.

§ 2º - Somente o associado adimplente com o pagamento da contribuição de representação institucional prevista no art. 3º inciso I, poderá votar e ser votado, obedecendo ao período de adimplência definido pela diretoria executiva do COSEMS em até 3 (três) meses anterior ao processo eleitoral.

Art. 8º - As instâncias de poder deliberativo do COSEMS são constituídas:

- I. Assembléia Geral, como instância máxima de deliberação;
- II. Conselho Deliberativo, como instância intermediária;
- III. Diretoria Executiva, como instância de execução e deliberação mínima.

Art. 9º - A Diretoria Executiva terá como órgão fiscalizador o Conselho Fiscal.

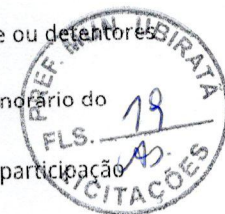
Art. 10º - A Diretoria Executiva terá como órgão de apoio técnico e político, os Conselhos Regionais de Secretários Municipais de Saúde, CRESEMS, que individualmente como instância, terão caráter consultivo à Diretoria Executiva.

## Capítulo IV

Da composição, atribuições e funcionamento das instâncias deliberativas:

Da Assembléia Geral:

Art. 11º - Todos os membros do COSEMS, conforme definição do Art. 5º, tem assento na Assembléia Geral, com direito a voz e voto, devidamente identificados com documentação que ateste sua condição de membro associado e deverão estar quites com a





contribuição associativa ao COSEMS, só podendo concorrer a cargos na diretoria da entidade, os Secretários cujos municípios estiverem totalmente em dia com a semestralidade ou anuidade do COSEMS-PR e CONASEMS.

§ 1º - Poderão participar da Assembleia Geral, representantes de entidades de saúde de outras esferas, bem como da sociedade civil na qualidade de ouvintes.

§ 2º - A convocação da Assembleia Geral deverá ser publicada em veículo de circulação estadual, com pelo menos 10 dias de antecedência.

§ 3º - A assembleia Geral se instalará em primeira convocação com quorum constituído da maioria absoluta dos associados do COSEMS (que representa 50% dos associados mais um). E, em segunda convocação, após decorridos 30 minutos do horário estabelecido na primeira convocação, com qualquer nº de associados presentes.

Art. 12º - A Assembleia Geral Ordinária deverá ser realizada anualmente, durante o Encontro do COSEMS, na cidade onde o mesmo estiver ocorrendo.

§ 1º - As convocações de assembleias extraordinárias poderão ser feitas por 10% dos associados; por metade mais um dos membros do Conselho Deliberativo ou pelo Presidente da Diretoria Executiva, sempre que se fizer necessário e com convocação publicada em veículo de circulação estadual, com pelo menos uma semana de antecedência.

§ 2º - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente da Diretoria Executiva e terá como mesa diretora todos os membros da Diretoria Executiva e o associado anfitrião.

Art. 13º - O quórum para a realização da Assembleia Geral será de metade mais um dos associados em primeira chamada e com qualquer número em segunda chamada, após 30 minutos da primeira chamada.

§ 1º. O quórum para deliberação de assuntos pautados na Ordem do Dia, será de metade mais um dos associados.

Art. 14º - O Estatuto só poderá ser alterado em Assembleia Geral Extraordinária convocada para este fim.

Art. 15º - São atribuições e competências da Assembleia Geral:

I. Alteração Estatutária, definição de objetivos e funções das demais instâncias;

II. Decidir sobre a extinção do COSEMS, nos termos do parágrafo único deste artigo.

III. Eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal por meio de votação secreta dos associados ou por aclamação quando consensual, bem como a destituição dos mesmos;

IV. Avaliar relatórios anuais da Diretoria Executiva e de funcionamento do próprio COSEMS, sendo o Balanço Financeiro apreciado após o parecer do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único: O quorum mínimo para extinção do COSEMS será de 2/3 dos associados.

## Do Conselho Deliberativo:

Art. 16º - São membros do Conselho Deliberativo os Presidentes dos CRESEMS, ou entidade equivalente, de cada Região Administrativa de Saúde do Paraná, considerando a divisão utilizada para a formação das Regionais de Saúde.

Parágrafo Único - Só poderão ser membros do Conselho Deliberativo associados devidamente enquadrados no Art. 5º deste estatuto.

Art. 17º - O Conselho Deliberativo será presidido pelo Presidente da Diretoria Executiva e deverá se reunir quando convocado.

Art. 18º - Nesta reunião têm direito à voz e voto todos os conselheiros, podendo tomar parte da reunião outros participantes, na qualidade de observador, quando convidado por algum membro ou pelo Presidente, ficando sem direito a voto.

Art. 19º - O quórum para a realização da reunião do Conselho Deliberativo será de metade mais um dos seus membros em primeira chamada e com qualquer número em segunda chamada, após 30 minutos da primeira chamada.

Parágrafo Único - A Diretoria Executiva, deverá convocar o Conselho Deliberativo através de correspondência oficial com antecedência mínima de oito dias.

Art. 20º - São atribuições do Conselho Deliberativo:

I. Definir as prioridades de encaminhamento das diretrizes e propostas da Assembleia Geral;

II. Auxiliar nas atividades da Diretoria Executiva e implementar as propostas do COSEMS na sua região;

III. Agendar a data de realização da Assembleia Geral e construir calendário anual de suas reuniões ordinárias;

IV. Atuar como instância intermediária entre a Diretoria Executiva e Assembleia Geral.

Art. 21º - Cada uma das regiões administrativas da saúde do Paraná, conforme definido no Art. 16º, terá um Conselho Regional de Secretários Municipais de Saúde - CRESEMS, constituídos pelos associados pertencentes às prefeituras daquela respectiva região. Deverão ser criados e instalados buscando articulação com as Associações dos Municípios da respectiva região, atuando como órgão assessor às associações.

Art. 22º - São competências e atribuições dos CRESEMS:

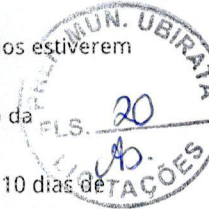
I. Definir e implantar as diretrizes do COSEMS na sua região;

II. Criar espaço para troca de experiências, de tal maneira que os municípios mais desenvolvidos e organizados possam colaborar com os municípios em fase inicial de organização de seus serviços de saúde;

III. Elaborar seus regimentos de acordo com as diretrizes do presente Estatuto.

## Da Diretoria Executiva:

Art. 23º - A Diretoria Executiva é a instância deliberativa mínima do COSEMS, que tem por função executar as diretrizes definidas nas instâncias superiores.





§ 1º - Só poderão ser membros da Diretoria Executiva os associados do COSEMS.

§ 2º - O quórum para deliberação é de 50% de seus membros.

Art.24º - A Diretoria Executiva é composta de: Presidente; 1º Vice - Presidente, 2º Vice - Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro.

Parágrafo Único - Os membros são eleitos em Assembléia Geral e devem obedecer as definições do Art. 5º.

Art.25º - O Presidente é o representante legal do COSEMS e a ele compete;

- I. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e Assembléia Geral;
- II. Representar o COSEMS em suas relações com terceiros;
- III. Representar ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente o COSEMS;
- IV. Defender e fazer cumprir o presente Estatuto;
- V. Implementar estratégias visando contemplar as diretrizes definidas na Assembléia Geral;
- VI. Assinar conjuntamente com o Tesoureiro documentos contábeis do COSEMS.
- VII. Nomear e constituir procurador(a) pessoa(s) cujo(s) nome(s) e qualificação(ões) constarem em procuração pública emitida para representá-la junto ao Banco do Brasil S.A., com o fim especial de: emitir, endossar, aceitar e avalizar chequers, letras de câmbio e notas promissórias; receber, passar recibo e dar quitação; emitir ordens de transferência tipos TEF TED e DOC.

Art.26º - As atribuições do 1º Vice - Presidente são de assessorar, substituir e representar o Presidente em seus impedimentos.

Parágrafo Único - O 2º Vice- Presidente deverá substituir o 1º Vice - Presidente em seus impedimentos.

Art.27º - Compete ao 1º Secretário:

- I. Elaborar as atas das reuniões da Assembléia Geral, do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva;
- II. Viabilizar a manutenção da ordem de livros, arquivos e documentos do COSEMS;
- III. Viabilizar a manutenção de cadastramento atualizado dos associados.

Art.28º - Compete ao 2º Secretário assessorar, substituir e representar o 1º Secretário em seus impedimentos.

Art.29º - Compete ao 1º Tesoureiro:

- I. Viabilizar a organização e controle dos procedimentos da Tesouraria do COSEMS;
- II. Constituir o livro, escriturações e registros contábeis do COSEMS;
- III. Viabilizar as cobranças de taxas estipuladas;
- IV. Administrar as receitas e despesas juntamente com a Diretoria Executiva;
- V. Prestar contas e apresentar relatórios ao Conselho Fiscal e a Assembléia Geral em relação às finanças do COSEMS;
- VI. Assinar conjuntamente com o Presidente os documentos contábeis do COSEMS.

Art.30º - Compete ao 2º Tesoureiro assessorar, substituir e representar o 1º Tesoureiro em seus impedimentos.

Art.31º - A Diretoria Executiva terá mandato de dois anos, com direito à reeleições para os mesmos cargos ou alternados.

Art.32º - A Diretoria Executiva designará grupos de trabalho para tratar de temas específicos.

Parágrafo Único - Fica aberta a participação de técnicos, não necessariamente vinculados aos serviços municipais, nestes grupos de trabalho.

Art.33º - O Conselho Fiscal é composto por 03 membros titulares e 3 suplentes, associados do COSEMS eleitos no mesmo processo eleitoral da Diretoria Executiva, com mesmo período de gestão.

Art.34º - Compete ao Conselho Fiscal receber, analisar e emitir parecer sobre os balancetes financeiros do COSEMS.

## CAPÍTULO V

### Das disposições gerais:

Art.35º - As questões omissas neste Estatuto serão dirimidas pelas instâncias deliberativas do COSEMS ou pela Diretoria Executiva, "ad referendum", na primeira reunião deliberativa que ocorrer.

Parágrafo Único - As normas complementares de funcionamento do COSEMS poderão ser definidas em regimento interno.

Art.36º - A extinção do COSEMS somente poderá ser definida em Assembléia Geral Extraordinária convocada especificamente para este fim com quorum definido no Parágrafo Único do Art.15º.

Art.37º - No caso de dissolução do COSEMS o seu patrimônio deverá ser repassado à Associação dos Municípios do Paraná - AMP.

Art.38º - É vedado à Diretoria Executiva vender ou alienar bens móveis e imóveis do COSEMS, sem autorização da Assembléia Geral.

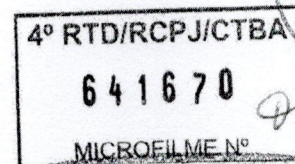
Art.39º - O presente Estatuto foi aprovado na Assembléia Geral Ordinária, em 14 de dezembro de 2015, no município de Curitiba e só poderá ser modificado por outra reunião desta Assembléia, com quorum de 50% mais um dos gestores municipais de saúde em primeira convocação e com qualquer número dos gestores municipais presentes, em segunda convocação, trinta minutos após a primeira chamada.

Curitiba, 14 de dezembro 2015.

Cristiane Martins Pantaleão  
Presidente do COSEMS







## COSEMS/PR – ATA DO PROCESSO ELEITORAL/2017

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, nas dependências da Federação Espirita do Paraná - FEP, localizada à Alameda Cabral nº 300, no município de Curitiba/PR reuniram-se os Secretários Municipais de Saúde, conforme lista de presença em anexo, em Assembleia Geral, sob a coordenação da Comissão Eleitoral 2017, designada na forma do estatuto para a eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da gestão do COSEMS, biênio 2018/2019. A Comissão Eleitoral procedeu à leitura do Regulamento Eleitoral e anunciou a existência de Chapa Única, tendo sido cumpridos todos os requisitos estatutários, inclusive o de apresentação de propostas, feita pela candidata à presidência do COSEMS/PR. Questionada, a plenária acolheu a eleição da Chapa Única. Assim, foram proclamados eleitos e empossados os seguintes membros:

### Diretoria Executiva

DIRETORIA CARGO	Nome Completo	RG	CPF
<b>Presidente</b>	Cristiane Martins Pantaleão - SMS Ubatuba (11º CR)	8.287.871-8 SSP PR	037.091.639-51
<b>1º. Vice-presidente</b>	Ivoliciano Leonarchik - SMS Mangueirinha (7ºCR)	9.210.973-9 SSP PR	046.489.349-62
<b>2º. Vice-presidente</b>	Mauro Sergio de Araujo SMS Munhoz de Melo (15. CR)	6.616.741-0 SSP PR	966.265.859-91
<b>1o. Secretário</b>	Claudio de Souza - SMS Reserva (21ºCR)	6.035.010-8 SSP PR	790.275.209-68
<b>2o. Secretário</b>	Ivone Faust Sponchiado SMS Sta. Izabel do Oeste (8ºCR)	5.457.896-2 SSP PR	043.371.639-18
<b>1o. Tesoureiro</b>	João Carlos Strassacapa SMS Cândido de Abreu (22º)	3.120.324-4 SSP PR	363.963.709-72
<b>2o Tesoureiro</b>	Simone Aparecida Gonçalves Soares de Souza SMS - Roncador (11ºCR)	6.953.052-4 SSP PR	008.074.909-70
<b>Conselho Fiscal</b>			
<b>Titular</b>	Angela Conceição Oliveira Pompeu SMS Ponta Grossa (3º CR)	10.290.844-9 SSP PR	584.816.056-20
<b>Titular</b>	Renata Cristina Freitas Brito Araujo SMS Guarapuava (5º CR)	5.345.815-7 SSP PR	927.023.849-00
<b>Titular</b>	Fábio de Mello SMS Sta T. Itaipu (9º CR)	5.112.547-9 SSP PR	037.346.389-84
<b>Suplente</b>	José Orlando Benedetti Vila - SMS Marialva (15º)	6.871.822-8 SSP PR	021.161.809-88
<b>Suplente</b>	Diego Domingues de Oliveira-	28239848-X SSP	053.737.239-

Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Paraná  
Rua Piquiri, 737 - Rebouças.  
CEP. 80.230-140- Curitiba - PR  
Telefone (41) 3359-4417  
E-mail cosemspr@gmail.com

*[Handwritten signature]*

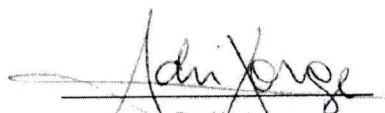


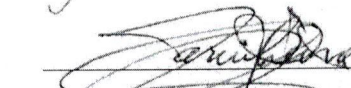



	SMS Cambara (19ª CR)	SP	32
<b>Suplente</b>	Katya Rafaella Teixeira Carvalho SMS Agudos do Sul (2ª CR)	7.549.652-4 SSP PR	226.045.338- 47

Nada mais havendo a tratar, a Comissão Eleitoral deu por encerrado os trabalhos e lavrou a presente ata assinada pela mesma Comissão Eleitoral.

Curitiba, 05 de outubro de 2017.

  
Presidente

  
Relatora

  
Relator



4º Serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba  
Rua Emiliano Perneta, 10 - Centro - Curitiba/PR - CEP: 80010-050 - Tel.: (41) 3015-5100  
E-mail: atendimento@4rtdcuritiba.com.br - Site: www.4rtdcuritiba.com.br

**PROTOCOLADO SOB Nº 641.670**

**AVERBADO SOB Nº 713**

**Curitiba-PR, 18 de Janeiro de 2018.**

Emolumento: **R\$57,90** (VRC 300,00) Funrejus: **R\$ 8,08**, Selo: **R\$ 1,17**

Maximino Cesar Lisboa - Oficial

Rogério Margas - Substituto

Marcia Alessandra de Souza - Escrevente

Selo Digital 2WX92.vHpkt.shPWX, Controle: v6Oaq.vNdAX  
Consulte em <http://funarpen.com.br>

Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Paraná  
Rua Piquiri, 737 - Rebouças.  
CEP. 80.230-140- Curitiba - PR  
Telefone (41) 3359-4417  
E-mail cosemspr@gmail.com



## PARECER JURÍDICO

A Assessoria Jurídica do Município de Ubiratã, por meio do seu Assessor Jurídico, devidamente inscrito na OAB/PR, 48.534, vem apresentar Parecer para a abertura de procedimento licitatório para INSCRIÇÕES DE SERVIDORES PARA TREINAMENTO NO XXXV CONGRESSO ESTADUAL DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO PARANÁ.

O objetivo de uma licitação em si é contratar a proposta mais vantajosa para a administração, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a sua realização. Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra: as Dispensas de Licitação e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido nos artigos 24 e 25 da Lei n. 8.666/93.

Analisando a solicitação de licitação encaminhada pela Secretaria do visando contratação do objeto, indico a adoção de Inexigibilidade de Licitação, baseando no artigo 25, da Lei 8.666/93, o qual diz:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

Inciso II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.






A secretaria necessita do objeto em questão pois o congresso apresentará diversas oficinas, mostras de experiências, mesas temática e redonda e cursos que envolvem diversos temas inerentes a saúde pública com conteúdo totalmente atualizado e dinâmico em que a participação das servidoras da saúde de propiciará o conhecimento e aprendizado de novas experiências e métodos de trabalho exitosos de outros municípios paranaenses que poderão ser implantados em Ubiratã para maior qualificação da saúde pública.

Desse modo, a inexigibilidade de licitação com base no artigo 25, da Lei 8.666/93 é viável.

Segundo informa a indicação verifica-se a existência de recursos orçamentários para cumprir com as obrigações decorrentes, conforme dotações especificadas.

Desta forma, a Assessoria Jurídica delibera pela realização do procedimento licitatório, nos moldes elencados no presente laudo.

Ubiratã - Paraná, 17 de maio de 2019.

  
**DUARTE XAVIER DE MORAIS**  
Assessor Jurídico  
OAB nº 48.534/PR



**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 27/2019**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4438/2019**

**1. OBJETO:**

O presente procedimento refere-se à Inscrições de servidores para treinamento no XXXV Congresso Estadual de Secretários Municipais de Saúde do Paraná.

**2. NECESSIDADE E INTERESSE PÚBLICO:** O congresso apresentará diversas oficinas, mostras de experiências, mesas temática e redonda e cursos que envolvem diversos temas inerentes a saúde pública com conteúdo totalmente atualizado e dinâmico em que a participação das servidoras da saúde de propiciará o conhecimento e aprendizado de novas experiências e métodos de trabalho exitosos de outros municípios paranaenses que poderão ser implantados em Ubiratã para maior qualificação da saúde pública.

**3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO:**

A inexigibilidade de licitação em epígrafe fundamenta-se no art. 25, inciso II da Lei 8.666/93, conforme manifestação prévia da Assessoria Jurídica do município e justificado nos autos do processo.

**4. CONTRATADA:**

CONSELHO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO PARANÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 03.138.064/0001-41, situada na Rua Voluntários da Pátria 400 cj 401, centro, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP nº 80020-917.

**5. VALOR:**

O valor total do presente procedimento está fixado em R\$- 1.000,00 (Um mil reais).

**6. VIGÊNCIA:**

30 dias, a contar da data do presente Termo.

**7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Órgão: 0606

Despesa Orçamentária: 4959

Categoria: 339039999900

Descrição da Despesa: Demais Serviços de terceiros, pessoa jurídica.

Fonte de Recurso: 494

**8. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO:**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
1	1	Inscrição no XXXV Congresso Estadual de Secretários Municipais de Saúde do Paraná, nos dias 23 e 24 de maio de 2019, a realizar-se na Faculdade Assis Gurgacz em Cascavel. Servidoras participantes: Ângela Kelly Topan Flávia Vicente de Andrade	5	UN.	200,00	1.000,00



		Gêssica K. dos Santos Rocatelli				
		Marilza Nunes Coelho				
		Viviane Aparecida de Souza				

Considerando as justificativas e fundamentações relatadas e levando-se em consideração os termos do parecer jurídico expedido pela Assessoria Jurídica, ratificamos a inexigibilidade de licitação.

Ubiratã - Paraná, 17 de maio de 2019.

**HAROLDO FERNANDES DUARTE**  
*Prefeito*

*Viviane A. Souza*  
**VIVIANE APARECIDA DE SOUZA**  
*Presidente da Comissão de Licitação*  
*Nomeado Conforme Portaria 314/2019*





# JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ-PR

SEXTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2019

EDIÇÃO SEMANAL Nº: 1137 - ANO: XIV

7Pág(s)

Item	QDT	DESCRIÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
01	1	Arruela de Vedação 14MM	R\$ 1,43	R\$ 1,43
02	1	Kit Revisão Nova Sprinter	R\$ 580,00	R\$ 580,00
03	1	Óleo Motor Sintético	R\$ 35,95	R\$ 431,40
04	1	Pano de Limpeza	R\$ 3,33	R\$ 3,33

LOTE 02 - SERVIÇOS						
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QDT	UN	V. UNIT	V. TOTAL
2	1	Serviços especializados para revisão da Mercedes Sprinter CDI 515.	1	Hrs	300,00	300,00

Ubatuba- Paraná, 17 de maio de 2019.

HAROLDO FERNANDES DUARTE

Prefeito

VIVIANE APARECIDA DE SOUZA

Presidente da Comissão de Licitação

Nomeada Conforme Portaria 314/2019

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 27/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4438/2019

#### 1. OBJETO:

O presente procedimento refere-se à Inscrições de servidores para treinamento no XXXV Congresso Estadual de Secretários Municipais de Saúde do Paraná.

2. NECESSIDADE E INTERESSE PÚBLICO: O congresso apresentará diversas oficinas, mostras de experiências, mesas temática e redonda e cursos que envolvem diversos temas inerentes a saúde pública com conteúdo totalmente atualizado e dinâmico em que a participação das servidoras da saúde de propiciará o conhecimento e aprendizado de novas experiências e métodos de trabalho exitosos de outros municípios paranaenses que poderão ser implantados em Ubatuba para maior qualificação da saúde pública.

#### 3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO:

A inexigibilidade de licitação em epígrafe fundamenta-se no art. 25, inciso II da Lei 8.666/93, conforme manifestação prévia da Assessoria Jurídica do município e justificado nos autos do processo.

#### 4. CONTRATADA:

CONSELHO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO PARANÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 03.138.064/0001-41, situada na Rua Voluntários da Pátria 400 cj 401, centro, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP nº 80020-917.

#### 5. VALOR:

O valor total do presente procedimento está fixado em R\$- 1.000,00 (Um mil reais).

#### 6. VIGÊNCIA:

30 dias, a contar da data do presente Termo.

#### 7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 0606

Despesa Orçamentária: 4959

Categoria: 339039999900

Descrição da Despesa: Demais Serviços de terceiros, pessoa jurídica.

Fonte de Recurso: 494

#### 8. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QDT	UN	V. UNIT	V. TOTAL
1	1	Inscrição no XXXV Congresso Estadual de Secretários Municipais de Saúde do Paraná, nos dias 23 e 24 de maio de 2019, a realizar-se na Faculdade Assis Gurgacz em Cascavel. Servidoras participantes: Ângela Kelly Topan Flávia Vicente de Andrade Géssica K. dos Santos Rocatelli Marilza Nunes Coelho Viviane Aparecida de Souza	5	UN.	200,00	1.000,00

Considerando as justificativas e fundamentações relatadas e levando-se em consideração os termos do parecer jurídico expedido pela Assessoria Jurídica, ratificamos a inexigibilidade de licitação.

Ubatuba - Paraná, 17 de maio de 2019.

HAROLDO FERNANDES DUARTE - Prefeito

VIVIANE APARECIDA DE SOUZA

Presidente da Comissão de Licitação

Nomeada Conforme Portaria 314/2019

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 28/2019

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4439/2019

#### 1. OBJETO:

O presente procedimento refere-se à Inscrições de servidores para treinamento no XXXV Congresso Nacional das Secretarias Municipais de Saúde

2. NECESSIDADE E INTERESSE PÚBLICO: O congresso apresentará diversas oficinas, mostras, mesas e cursos que envolvem diversos temas inerentes a saúde pública com conteúdo totalmente atualizado e dinâmico em que a participação das servidoras da saúde propiciará o conhecimento e aprendizado de novas experiências e métodos de trabalho exitosos de outros municípios brasileiros que poderão ser implantados em Ubatuba para maior qualificação da saúde pública.

#### 3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO:

A inexigibilidade de licitação em epígrafe fundamenta-se no art. 25, inciso II da Lei 8.666/93, conforme manifestação prévia da Assessoria Jurídica do município e justificado nos autos do processo.

#### 4. CONTRATADA:

CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 33.484.825/0001-88, situada na Esplanada dos Ministérios, na cidade de Brasília/DF, CEP nº 70058-900, Telefone nº (61) 3223-0155, e-mail conasems@conasems.org.br.

#### 5. VALOR:

O valor total do presente procedimento está fixado em R\$- 700,00 (Setecentos reais).

#### 6. VIGÊNCIA:

30 dias, a contar da data do presente Termo.

#### 7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 0606

Despesa Orçamentária: 4959

Categoria: 339039999900

Descrição da Despesa: Demais Serviços de terceiros, pessoa jurídica.

Fonte de Recurso: 494

#### 8. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QDT	UN	V. UNIT	V. TOTAL
1	1	Inscrição no XXXV Congresso Nacional das Secretarias Municipais de Saúde entre os dias 2 e 5 de julho de 2019 que se realizará em Brasília - DF no Ulysses Centro de Convenções. Servidoras participantes: Laura Sgarioni Shiratsu Marilza Nunes Coelho	2	UN.	350,00	700,00

Considerando as justificativas e fundamentações relatadas e levando-se em consideração os termos do parecer jurídico expedido pela Assessoria Jurídica, ratificamos a inexigibilidade de licitação.

Ubatuba - Paraná, 17 de maio de 2019.

HAROLDO FERNANDES DUARTE

Prefeito

VIVIANE APARECIDA DE SOUZA

Presidente da Comissão de Licitação

Nomeada Conforme Portaria 314/2019

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2019

#### DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 24/2019

#### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2019

#### 1. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Locação de imóvel para funcionamento da Pré Escola Edilia Amorim de Quadros

#### 2. CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ nº 76.950.096/0001/10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Haroldo Fernandes Duarte, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da Cédula de Identidade RG. Nº 1.847.057-8 PR e inscrito no CPF nº 960.951.728-53.

#### 3. CONTRATADA:

INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ sob o nº 76.726.884/0001-28, situada na Rua João Carlos de Souza Castro, nº 562, bairro Guabirota, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP nº 81.520-290.

#### 4. VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O valor total do contrato está fixado em R\$ 50.400,00.

#### 5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 0502

Despesa Orçamentária: 3408

Categoria: 339039100000

Descrição da Despesa: Locação de imóveis.

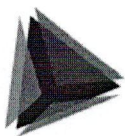
Fonte de Recurso: 103

6. VIGÊNCIA CONTRATUAL: 12 meses, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos até sessenta meses, nos termos do artigo 57, inciso II da Lei 8666/93.

7. FORO DE ELEIÇÃO: Município de Ubatuba, Estado do Paraná.

Ubatuba - Paraná, 01 de abril de 2019.





**TCEPR**  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ



[Voltar](#)

Detalhes processo licitatório

Informações Gerais	
Entidade Executora	MUNICÍPIO DE UBIRATÁ
Ano*	2019
Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*	27
Modalidade*	Processo Inexigibilidade
Número edital/processo*	4438
Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito	
Instituição Financeira	
Contrato de Empréstimo	
Descrição Resumida do Objeto*	Inscrições de servidores para treinamento no XXXV Congresso Estadual de Secretários Municipais de Saúde do Paraná.
Dotação Orçamentária*	0600610301000620253390399999
Preço máximo/Referência de preço - R\$*	1.000,00
Data Publicação Termo ratificação	17/05/2019
Data de Lançamento do Edital	
Data da Abertura das Propostas	
Há itens exclusivos para EPP/ME?	<input type="text"/>
Há cota de participação para EPP/ME?	<input type="text"/>
Percentual de participação:	<input type="text"/>
Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME?	<input type="text"/>
Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais?	<input type="text"/>
Data Cancelamento	<input type="text"/>

Editar

Excluir



Abertura: 17/05/2019

Disputa: 00/00/0000

▶ PROCESSO 4436/2019 - INEXIGIBILIDADE 26/2019

Publicação: 17/05/2019



Abertura: 17/05/2019

▶ PROCESSO 4438/2019 - INEXIGIBILIDADE 27/2019

Publicação: 17/05/2019

Modalidade: Inexigibilidade

Valor Máximo: R\$- 1.000,00 (Um mil reais).

Objeto:

Inscrições de servidores para treinamento no XXXV Congresso Estadual de Secretários Municipais de Saúde do Paraná.

📎 Anexos

📎 PUBLICAÇÃO (<http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=dbf96dbaebldb&nc=46&id=23061580>)

📎 PARECER JURIDICO (<http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=dbf96dbaebldb&nc=46&id=23061579>)

📎 TERMO DE INEXIGIBILIDADE (<http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?sessao=dbf96dbaebldb&nc=46&id=23061578>)

Abertura: 17/05/2019

▶ PROCESSO 4439/2019 - INEXIGIBILIDADE 28/2019

Publicação: 17/05/2019

Abertura: 16/05/2019 às 09:00

Disputa: 16/05/2019 às 09:00

▶ PROCESSO 4385/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 70/2019

Publicação: 24/04/2019

Abertura: 16/05/2019 às 14:00

Disputa: 16/05/2019 às 14:00

▶ PROCESSO 4389/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 72/2019

Publicação: 29/04/2019

Abertura: 15/05/2019

Disputa: 00/00/0000

▶ PROCESSO 4428/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA 39/2019

Publicação: 15/05/2019

Abertura: 15/05/2019 às 09:00

Disputa: 15/05/2019 às 09:00

▶ PROCESSO 4379/2019 - TOMADA DE PREÇO 1/2019

Publicação: 22/04/2019

Abertura: 14/05/2019

Disputa: 00/00/0000

▶ PROCESSO 4423/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO POR LIMITE 38/2019

Publicação: 14/05/2019

Abertura: 14/05/2019 às 09:00

Disputa: 14/05/2019 às 09:00

▶ PROCESSO 4384/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 69/2019

Publicação: 24/04/2019

Abertura: 14/05/2019 às 14:00

Disputa: 14/05/2019 às 14:00

▶ PROCESSO 4388/2019 - TOMADA DE PREÇOS 2/2019